

A GESTÃO DE RISCO DO DESMATAMENTO ILEGAL DA AMAZÔNIA¹

Nahana Rafael Martins², Vitor Klein Junior³

¹ Vinculado ao projeto “Organização pública e risco: Um estudo multicaso da gestão de riscos ambientais, fiscais e da saúde em Santa Catarina.”

² Acadêmica do Curso de Engenharia de Petróleo – CESFI – Bolsista PROIP/UDESC

³ Orientador, Departamento de Governança Pública – CESFI – vitor.klein@udesc.br

A floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo. Com sua maior parte concentrada no território brasileiro, ela desempenha um papel de grande importância para os povos indígenas e comunidades locais que lá habitam, é abrigo da maior biodiversidade do planeta em plantas, animais e microrganismos, além de contribuir com o restante do mundo, favorecendo no funcionamento do ecossistema. Nos últimos anos a preservação desse bioma vem enfrentando inúmeros desafios, desde queimadas naturais ou em alguns casos criminosas que trazem impactos nas mudanças climáticas, como também por desmatamentos ilegais provocados por interesses locais ou industriais.

Em 2022, de janeiro a setembro, a área de floresta amazônica derrubada atingiu cerca de 9.069 km², equiparando-se a quase oito vezes a cidade do Rio de Janeiro; segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), essa é a maior devastação do bioma em 15 anos, desde que implementaram o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), para a Amazônia Legal, em 2008 (IMAZON, 2022).

No país um dos principais responsáveis por essa gestão é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que realiza o monitoramento do desmatamento através de suas tecnologias de satélite, projetos e plataformas de dados geográficos e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) responsável pelo suporte à fiscalização e controle de desmatamento e da degradação florestal, por meio da Gestão de Riscos

Para uma maior compreensão das ações de prevenções e mitigação frente a gestão de riscos ambientais na Amazônia adotadas pelo INPE e IBAMA o nos últimos anos, foram traçados alguns objetivos específicos:

Objetivo 1: Identificar como as tecnologias e projetos auxiliam nas ações práticas de monitoramento, preparação e antecipação a possíveis atos de desmatamento ilegal.

Objetivo 2: Examinar como informações a respeito de gestão de risco ambiental influenciam os processos decisórios tanto do IBAMA, assim como INPE.

Objetivo 3: Avaliar como essas práticas são incorporadas como protocolo de atuação do IBAMA e INPE e conscientização de atores relevantes na implementação de medidas de controle e mitigação dos impactos.

A pesquisa foi realizada o método exploratório e qualitativo, se baseando primeiramente em dados secundários, assim como dados primários.

RESULTADOS

Objetivo 1: Baseando-se na entrevista e busca científica de termos, dados e informações a respeito das tecnologias e projetos que auxiliam nas ações práticas de monitoramento, preparação e antecipação do INPE e IBAMA entre os últimos anos, diante atos de desmatamento ilegal, é notório a existência de tecnologias desde o final da década de oitenta. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) monitora os desmatamentos por meio de satélites e gera dados de taxas anuais desses índices desde 1988, através do projeto PRODES.

Além do INPE temos o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) colabora com o INPE. Com base na entrevista realizada o analista ambiental do IBAMA, nota-se que o órgão trabalha principalmente em cima das informações geradas pelo DETER e PRODES.

Objetivo 2: Toda a preparação do IBAMA a nível de resposta, a parte de treinamento, preparação culmina das análises do INPE, que não trabalha na linha de frente, somente desenvolve os dados.

O processo decisório do órgão não pode se limitar somente a sua opinião própria, o foco do IBAMA é seguir e fiscalizar as efetivações das leis já existentes então é a partir disso que discursões dos processos decisórios devem seguir, sem contar que na maioria das vezes o IBAMA não age sozinho na linha de frente. Outra questão que implica neste processo é a própria política, dificultam o processo muitas vezes por interesses próprios, originando-se um desvio de poder.

Objetivo 3: Com o suporte dos sistemas do INPE os constantes monitoramentos, os mapeamentos acabam servindo como meios para a construção de um protocolo de treinamento, ações, planejamentos de políticas públicas e conscientização no processo de mitigação.

Os treinamentos do INPE se trata de busca constante de melhorias no seus sistemas, por melhores imagens como já ocorreu em anos anteriores, já o do IBAMA acontecem de forma indireta e direta, isso significa que faz parte do dia a dia do órgão.

CONCLUSÃO:

Desmatamentos ilegais se fazem e sempre fizeram parte da história ambiental. Fica claro que desmatamentos ilegais se intensificaram nos últimos anos na Floresta Amazônica e uma atenção já é levada em consideração para o mundo.

Todavia segundo dados oficiais do INPE publicados recentemente é possível se dizer que os índices de desmatamento caíram 66% no mês de agosto de 2023, novo governo, o que reflete que uma atenção maior foi dada quando se comparado ao ano anterior, porém a questão ambiental deve estar sempre em assuntos em alta por ser uma questão de interesse global então é de suma importância agir sempre na mitigação deste problema.

Palavras-chave: Economia florestal. Respiratória. Aparados da Serra.